



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

20ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A DIVISÃO
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 17.06.2019

INICÍO: 15h26min

PRESIDENTE: SR. JAIR MONTES

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, muito boa-tarde. Sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jair Montes, Presidente da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais e demais membros, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a divisão político-administrativa do Estado de Rondônia.

Para compor a Mesa convidamos ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, proponente desta Audiência.

Convidamos ao Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique Schroder, Supervisor da Base Territorial da Unidade estadual do IBGE do Estado de Rondônia. Convidamos ao Excelentíssimo Senhor Jailson Viana, Secretário Adjunto de Estado do Planejamento e Orçamento e Gestão - SEPOG. Convidamos Excelentíssimo Senhor Claudionor Leme da Rocha, Prefeito do Município de Nova Mamoré. Convidamos à senhora Gisele Santos Viana, Assessora de Assuntos Municipais junto a Casa Civil do Estado de Rondônia. Convidamos o senhor Herbert Lins, Professor, Pesquisador vinculado ao Grupo de Políticas Públicas para a Amazônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a divisão político-administrativa do Estado de Rondônia.

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) - Registramos e agradecemos as presenças das senhoras Maria Lúcia Leal, Técnica em Planejamento, representando neste ato a SEPOG; senhor Railson Bernardo, Técnico de Políticas Públicas da SEPOG; senhora Camila Marqueline, Gerente de Desenvolvimento de Políticas

Públicas da SEPOG; senhor Márcio Felisberto, Geógrafo da Sedam; senhor Luiz Cleyton Holanda Lobato, Coordenador de Base Territorial da Unidade Estadual do IBGE em Rondônia; senhor Fábio José Alves de Sousa, da Comunicação Interna do IBGE; senhor Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes - SINTESVRO, senhor Ruymar Pereira, representante do Grupo Teatral GTDF; senhor Manoel Maurício Matos, Presidente da COPERON, da Assembleia de Deus de Anápolis; senhor Francisco Holanda, representando neste ato a Federação das Associações Comerciais e Empresariais - FACER.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Desde já, nós agradecemos a todos pela vinda nesta Audiência Pública, a qual nós consideramos muito importante. Desde já aqui já agradecer a presença das pessoas aqui farão aqui a explanação, do IBGE, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique, muito obrigado por ter vindo; o Secretário Adjunto Jailson Viana, representando o Governo do Estado, através da sua Secretaria SEPOG, obrigado Jailson. Excelentíssimo Senhor Claudionor Lemos, Prefeito de Nova Mamoré, creio que é um dos municípios mais atingidos, não é? E tem muita vontade de que a Assembleia Legislativa, através da Assembleia, IBGE, Governo do Estado, possamos encontrar aqui um caminho, uma solução. Estamos com o Herbert Lins, Geógrafo importantíssimo também para esta reunião; a Gisele, representando aqui... A Gisele tem até uma atribuição nova - não é, Gisele? - atribuída pela própria, Casa Civil. Está de parabéns e leve o nosso cumprimento ao Secretário Chefe da Casa Civil Júnior Gonçalves, por ter, juntamente ao Governador Marcos Rocha, por demonstrar essa sensibilidade com os municípios. Então, a Gisele é diretamente dentro da Casa Civil, Prefeito

Claudionor, ela é responsável por tratar com prefeitos, vereadores a questão municipal. Então, parabéns Gisele, você vai ter um árduo e longo caminho aí a percorrer. A gente deseja sorte na sua gestão. Convidar para vir à Mesa, o senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM. Uma salva de palmas para o senhor Edgard. Nós temos algum vereador que está aqui conosco, vereador de algum município? Algum prefeito, que não foi convidado, chamado ou chegou agora? Ok. Eu vou ler aqui a pauta que nós aprovamos. Autor Deputado Jair Montes, e outros deputados também que assinaram conosco. "Requer a realização de Audiência Pública no dia 17, às 15:00 horas, com o objetivo de debater a Divisão Político-Administrativa do Estado de Rondônia". Senhores da Mesa, a gente sente o clamor, não só o clamor da Região de Nova Mamoré, o clamor da Região de Guajará-Mirim, mas o clamor de todos os municípios, que corresponde lá de Vilhena até a Ponta do Abunã. E o IBGE é fundamental para que possa nos esclarecer algumas questões e possa nos ajudar naquilo que nós pretendemos fazer. Vou colocar aqui de forma muito sucinta e também muito objetiva. Quando fui vereador na capital, Chico, e depois candidato a deputado estadual, visitamos muitas e muitas regiões do Estado. E uma coisa que me deixou assim meio que preocupado, Secretário, foi quando eu fui lá à Nova Mamoré, na sétima, oitava Linha, lá dentro, e a gente observou que ali tinha um pequeno agricultor, um sitiante, um fazendeiro, um cidadão com o seu filho ainda de idade escolar. E há doze anos que aquelas vicinais e travessões, pontes, bueiros, 12, 10, 08 anos, que o município, não de Nova Mamoré, que aqui está o Prefeito Claudionor, mas o Município de Porto Velho, nosso Prefeito de Porto Velho, não só ele, o Prefeito Hildon Chaves, mas outros prefeitos, que a responsabilidade daquelas vicinais, é do Município de Porto Velho, nunca mandaram um maquinário

fazer nada. Então, o cidadão está lá jogado ao léu. Só que aquele cidadão que está ali, Chico, pertence a Porto Velho, mas ele é de Nova Mamoré. E ali, eu vi o Prefeito Claudionor fazendo trabalhos nas vicinais que são de responsabilidade de Nova Mamoré e, do lado, outra vicinal de Porto Velho, um beneficia e outro não beneficia. Sendo que aquele cidadão que mora lá, paga os seus impostos lá para a Nova Mamoré, ele tem o filho matriculado na escola de Nova Mamoré, ele trabalha em Nova Mamoré. Assim, as atividades dele são em Nova Mamoré, mas ele está sob a responsabilidade ali de Porto Velho. E, se o Prefeito for trabalhar em prol das vicinais que são de Porto Velho, acontece o que Prefeito? Vai levar uma improbidade. Não é isso? Aí tem que fazer um Termo de Cooperação, é um imbróglio tão grande, que às vezes, até desiste.

Então, é para isso que propomos esta Audiência Pública, para que nós possamos fazer um trabalho da Divisão Político-Administrativa do Estado de Rondônia. Rever, melhorar. O Estado cresceu muito. E, nós temos que, como políticos, pensar na ponta. Quem é a ponta? É o povo.

E eu falei na rádio, hoje, se a gente trabalha, mas não trabalha em prol das pessoas é em vão o nosso trabalho. O trabalho político é o trabalho do ser humano e tem que ser em prol do semelhante, em prol das pessoas.

E a divisão está prevista no artigo 6 da Constituição Estadual. E devemos fazer levantamento da Legislação Federal. Então, até eu convidei aqui para vir o Deputado Federal Léo Moraes, não chegou ainda. Porque se precisar, também, nós temos também quem lute por nós em Brasília.

Eu vou abrir a palavra aqui ao senhor Herbert Lins, Professor, Pesquisador, vinculado ao Grupo de Políticas Públicas da UNIR. Professor, o senhor tem aí no máximo, no

máximo 10 minutos para poder explorar de maneira bem sucinta, para que possamos aqui abrir aqui para as outras autoridades.

O SR. HERBERT LINS - Eu quero desejar boa-tarde ao Deputado Jair Montes, meu líder do qual faço parte da sua Assessoria Técnica Parlamentar. Mas hoje aqui eu estou na condição de Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas para a Amazônia, de qual Líder é o ex-reitor, o Magnífico Reitor e meu amigo particular Januário Amaral, Professor da UNIR, a quem devo muito o conhecimento que tenho hoje na Geografia, essa pessoa, eu não poderia abrir essa fala sem citá-lo. Quero agradecer a presença das demais instituições aqui e do Prefeito Claudionor, que eu conheço há 15 anos, a gente dando aula lá na Escola Luciana Moronari, no Distrito de Palmeiras, e você em Nova Dimensão. E para quem não sabe o Prefeito Claudionor é uma criança, é um adolescente, um adulto. Tem Mestrado em linguagem, pela UNIR, preparado. E é filho do PIC Sidney Girão - Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, que movimenta toda economia na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, Nova Mamoré, palco da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, mais conhecida como a "Ferrovia do Diabo".

Eu gostaria também, deputado, se o senhor me permite, agradecer a toda equipe técnica que se envolveu nesta Audiência Pública; os nossos colegas de gabinete; as nossas Assessorias de Bairros; todos os Assessores envolvidos; os Prefeitos; Vereadores; também o Cerimonial; Taquigrafia; Equipe de Som; a Secretaria Legislativa. Então, vocês foram fantásticos para que isso acontecesse. Então, Filmagem; Equipe de Som; todo mundo. Vocês estão de parabéns aqui pelo apoio ao Deputado Jair Montes. E agradecer, também, ao Deputado Laerte Gomes, o nosso Presidente da Assembleia e

aos demais Parlamentares que atuam nesta Casa junto com Deputado Jair Montes, que assinam a propositura conjuntamente com ele.

Mas a ideia desta Audiência Pública partiu de um encontro que nós tivemos, uma visita que tivemos à Prefeitura, como Assessor Parlamentar, e lá estavam os colegas da Sedam na pessoa do Marcos Felisberto, estava o IBGE na pessoa do Cleyton, eu acho que era o Cleyton, não era? E tinha mais alguém que eu não lembro, eu não me recordo, Alisson, Railson, também estava lá, eu acho que é da SEPOG. Estavam em reunião com o Prefeito, o Prefeito me convidou, eu entrei com ele na sala para a gente discutir a atualização da carta cartográfica do Estado de Rondônia. Ou seja, a nova Divisão Político-Administrativa a partir dos recursos de geoprocessamento.

Na campanha eleitoral, o Deputado Jair Montes percorreu a sétima, a oitava, a quinta. A segunda Linha, terceira Linha da Bacia do Ribeirão. A quarta, a quinta, a sexta, e a sétima Linha da Bacia do Araras. Cada estrada vicinal dessas aqui em Rondônia se chama Linha, compreende 35 km. Não é isso, Prefeito? E todas terminam na Linha 21. Parte da Linha 21 é atendida pelo Município de Nova Mamoré e Porto Velho, mas a grande parte, Nova Mamoré, uma pequena pelo município de Porto Velho. Só que a sexta, parte da sexta Linha também, uma pequena parte fica em Porto Velho, a maior é nova Mamoré. A sétima e a oitava Linha é dividida meio a meio, metade Porto Velho, metade Nova Mamoré. E foi um drama, como disse aqui o Deputado Jair Montes, que relatou este drama. E foi uma promessa de campanha, ele me autorizou a gravar o vídeo e a gente buscar no mandato parlamentar dele, uma solução para isso.

Então, a solução está aqui hoje, uma Audiência Pública inicial para levantar a temática, para discutir junto com

os órgãos competentes que é o IBGE, que nós da Academia sentimos muito, estamos solidários aos ataques que o IBGE vem sofrendo, eu sou bastante consciente disso. Eu sou geógrafo e sei da importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a nossa Nação, para a nossa soberania e para o nosso País. Jamais ficarei de joelhos e me curvarei aos ataques que o IBGE sofre e os cientistas sociais. E dizer que tem a SEPOG, que é importantíssima também junto a esse trabalho que o deputado propõe em nível de Estado, de mediar os conflitos entre os municípios com relação aos limites territoriais. Tem também agora a Gisele, que eu já conheci, foi apresentado pelo Júnior Gonçalves, que de forma acertada a trouxe para atender os municípios, uma Assessora Técnica voltada para atender os municípios, as demandas dos municípios e fazer os encaminhamentos a Casa Civil e tem também a Sedam. A Sedam que vai ser importantíssima também junto nesta questão de geoprocessamento. Não sei se o Sipam também pode ajudar futuramente, isso aí quem vai dizer são vocês hoje aqui nesta Audiência Pública. E eu conto muito, como assessor parlamentar do Deputado Jair Montes, para que vocês nos orientem a fazer os plebiscitos, as confecções das leis, o passo a passo para alterar e fazer com o que esses municípios, as pessoas que estão lá na ponta, que dependem do maquinário que entra da prefeitura, que possa ser atendido a partir dessa possível mudança, ou melhor, reordenamento territorial, não é isso? Reordenamento territorial desses municípios que têm área de conflitos.

Então, a proposta aqui hoje, o IBGE, Sedam e SEPOG é a gente dar o pontapé inicial para revisar todas as leis municipais de criação dos municípios, não é isso, Dr. Fabrício? Para que a gente possa junto com o Deputado Jair Montes, nós como técnicos, assessor parlamentar que nós somos, e eu como pesquisador, possa estar trabalhando junto

ao gabinete para que o Deputado Jair Montes promova, ele seja um mediador de conflitos, para que se resolvam todas essas áreas que têm problemas de atendimento de serviços públicos, principalmente com relação à manutenção de estradas para escoar a produção da agricultura familiar, esta é a proposta.

Então, eu agradeço enormemente ao Deputado Jair Montes, a confiança em mim depositada; agradeço a cada membro do gabinete, a sua família e amigos e ao Prefeito Claudionor que saiu 276 km para estar aqui. Vencemos as diferenças partidárias, vencemos as cores partidárias e estamos aqui porque eu e ele pensamos Nova Mamoré em primeiro lugar. Então, fica aqui o agradecimento, e eu vou ser curto e breve para que a Audiência não se estenda tanto, tem muita gente para falar. Já dei o recado para as instituições, o que o gabinete, o que o Deputado Jair Montes quer e deseja. E que aqui a gente possa escrever um novo capítulo na história de Rondônia, que justiça seja feita para aquelas pessoas que mais precisam, e que comece com aquele homem de coragem e homem de palavra que é Jair Montes, muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - A Audiência Pública também é aberta a população. Então, se algum de vocês quiser contribuir e fazer alguma pergunta, deixar sua reivindicação, nós temos a Naiara, você pode fazer sua inscrição com ela, que nós vamos dar de 02 a 03 minutos para você também participar conosco nesta Audiência.

Com a palavra agora, Excelentíssimo Senhor Claudionor Leme da Rocha, Prefeito do Município de Nova Mamoré.

O SR. CLAUDIONOR LEME DA ROCHA - Uma boa-tarde a todos, boa tarde Deputado Jair Montes. Eu quero inicialmente parabenizá-lo por esta propositura. O senhor tem sido muito sensível as nossas causas e eu acho que este é um tema de muita relevância para o nosso município e é por isso que hoje estou aqui. Porque a gente entende, e ao longo do tempo a gente tem sofrido com isso, porque como já foi falado aqui pelo Professor Herbert, nós temos estas dificuldades. Esta equipe formada pelo IBGE, a SEPOG, a Sedam, que está fazendo a atualização do mapa, de acordo com a lei de criação dos municípios, já vai alterar alguma coisa na composição do nosso município. Então nós temos a Linha 29-C que passará um trecho que nós nem sabíamos que era de Guajará-Mirim, mas era de Guajará-Mirim e Nova Mamoré sempre atendeu lá. Ainda bem que ninguém nunca denunciou nada. Como também outros trechos que são de Porto Velho e que nessa atualização do mapa, a lei passará para Nova Mamoré.

Mas, além disso, nós temos outras situações, como foi falado aqui, com o acesso pela BR-425 que vai até Guajará-Mirim, do entroncamento do Abunã até Guajará-Mirim, nós temos a sétima Linha, a oitava Linha, que você anda 15 quilômetros, 16 quilômetros nela e você está no território de Nova Mamoré. A partir daí você já está no território de Porto Velho, o acesso de Porto Velho é por Nova Mamoré. Você vai até o entroncamento, até a Vila da Penha, até o rio Taquara pela BR Porto Velho, daí você entra em Nova Mamoré, anda por 15 quilômetros na estrada vicinal e daí você chega a Porto Velho de novo. Então, você sai de Porto Velho e entra em Nova Mamoré e entra em Porto Velho de novo.

Da mesma forma, pela RO 420 que vai até Buritis, alguns chamam de 421, outros de Linha D, também você tem a

Linha 21, 23, 25, 27, 29 que você tem uma quantidade de quilômetros, 20, 30, 40 quilômetros que é de Nova Mamoré e o restante da Linha, o final da Linha é de Porto Velho. Da mesma forma, você tem que sair de Porto Velho, entrar em Nova Mamoré para chegar a Porto Velho de novo. E fica difícil para o município de Porto Velho atender dessa forma e também Nova Mamoré existem os impedimentos legais. E aí, tanto na estrada, deputado, que já foi dito, e o cidadão não entende isso.

Quando eu estava fazendo campanha, quando eu fui candidato, que eu passava na casa dessas pessoas, elas reclamavam por que a 5 quilômetros a estrada estava boa e a dela estava ruim. E eu disse: "olha, eu vou lutar, eu vou conversar com o Prefeito de Porto Velho, quem ganhar lá, para ver o que a gente consegue fazer, mas eu não posso dizer que vou fazer, não vou enganar". Depois de três anos das eleições, eu voltei na casa de uma senhora lá, Deputado, há alguns dias e ela disse: "eu não acredito que você não teve vergonha de vir aqui, você teve coragem de vir aqui". E aí, mas, nós fomos lá numa situação, que o deputado intermediou também, numa cooperação que estamos fazendo com o município de Porto Velho, mas depois de três anos a última cooperação que conseguimos fazer foi em 2015 e agora estamos fazendo de novo para poder recuperar essa Linha. Eu falei para ela: "Mas, quando eu estive aqui, eu não menti para a senhora, eu disse a verdade, e só agora nós estamos conseguindo, finalmente, acho que nós vamos conseguir fazer a sua estrada".

Então, hoje nós temos essa dificuldade. Mas não é só estrada, é educação. Essas Linhas que hoje pertencem a Porto Velho, o transporte escolar que transporta esses alunos é de Nova Mamoré. E, inclusive, em alguns desses locais, como antigamente não se sabia muito ao certo onde

era a divisa, nós temos escolas que são mantidas pelo município de Porto Velho, aquelas escolas multisseriadas de Linha, são do município de Nova Mamoré.

Então, assim, hoje nós temos também do outro lado, lá perto de Campo Novo, uma Linha que é de Nova Mamoré, mas é muito próxima de Campo Novo e distante de Nova Mamoré e a mesma dor de cabeça que Porto Velho dá para nós, nós também damos para Campo Novo.

Então, eu acho que é importante discutir. Hoje a gente vê essa discussão de criação de novos municípios, mas eu acho que o mais importante do que isso é a organização dos territórios dos municípios, de forma que seja possível a administração.

A gente entende que é difícil para Porto Velho administrar um miolo que fica encravado no meio de Nova Mamoré, como também é difícil para Nova Mamoré administrar uma Linha que fica lá pertinho de Campo Novo, que é mais próximo de Campo Novo do que de Nova Mamoré, que as máquinas de Campo Novo estão lá perto e a de Nova Mamoré estão a 150, 200 quilômetros de distância.

Então, assim, mais uma vez, deputado, eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Eu acho que é muito importante, vai resolver esses problemas que nós temos aí. Estamos aqui para discutir e para participar dessa discussão, que com certeza será muito importante para o nosso município e para os nossos cidadãos. E eu quero aproveitar, desculpa, que a gente se empolga assim, e vai falando, cumprimentar aqui também os demais componentes da Mesa, o Paulo Henrique, representante do IBGE; o Secretário Edgard; o Dr. Jailson, representante da SEPOG; a Gisele, da Casa Civil e o professor Herbert que já foi professor de Nova Mamoré, ainda é, está afastado das suas funções, mas é

professor do nosso município e também conhece a problemática, os problemas que nós enfrentamos.

Então, muito obrigado e a gente está aqui à disposição, mas, eu acho que é isso que eu queria falar, da dificuldade que nós temos como gestor, da dificuldade que o cidadão tem, porque ele não entende por que o meu vizinho tem e eu não tenho, por que é que quando eu vou reclamar o prefeito diz que não pertence ao município de Nova Mamoré, se é lá que eu faço as minhas compras, se é lá que eu tenho a minha conta bancária, se é lá que eu vou passear, se é lá que... Então, isso é muito difícil, é muito complicado. Então, desde já, muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns, Prefeito. A gente fica feliz, Prefeito, porque a gente veio de uma atuação muito forte como vereador e, quando eu cheguei... Há coisas que, como vereador, a gente, Jailson, é meio que limitado, Francisco, - você sabe disso, não é? - e aqui na Assembleia, eu falo pra todo mundo: eu estou no céu, eu estou no paraíso. Porque aqui é diferente. Não tem nada a ver o mandato de vereador com o mandato de deputado. Vereador apanha todo o tempo, aqui não. Aqui já bate, já não apanha. É diferente. Então fico feliz, porque quando eu cheguei aqui, eu vim de um embate muito grande num condomínio, eu estou como Presidente da Comissão de Habitação. Eu venho de um embate muito grande com um condomínio chamado Cristal da Calama, final da Calama, e conseguimos ali, como vereador, entregar quase 2.000 casas, e ficou para trás 950 casas. E agora, como deputado, a gente fez uma Audiência Pública aqui. Geralmente, Audiência Pública é para encher linguiça, não se resolve nada, é mais para fazer politicagem do que outra coisa. Mas eu tenho comigo o seguinte: Audiência Pública é para resolver, é

para nós sairmos daqui já para deixar algo encaminhado e correr para a gente fazer a diferença. Fizemos Audiência Pública e conseguimos já o sorteio das 975 casas que faltaram. Agora está na parte de vistoria para entregar. Então, acho que, no mês de julho agora, mais mil pessoas estão se mudando para suas casas, graças ao trabalho nosso.

Em, outro trabalho nosso, o Flor do Maracujá, que é agora no final de junho, o Secretário estava colocando lá dificuldades. É uma Audiência Pública, vai ser em agosto. Conseguimos também resolver a situação juntamente com a Federon, o Governo do Estado, através da Secretaria. Graças a Deus, resolvemos. Esse aqui é a terceira luta nossa, a terceira bandeira, que é bem pesada, Jailson, também, bem pesada.

Eu quero aqui convidar Diego Euler, é isso? Adjunto do DER, está aí? Venha para Mesa aqui, irmão. Arruma uma cadeira aqui para o Diego. Desde já, quero aqui agradecer ao Coronel Meireles, que é o diretor do DER, juntamente com o Diego.

Prefeito, foi um trabalho nosso, sim. Um trabalho de várias mãos, não só minha, mas um trabalho seu, um trabalho da Prefeitura de Porto Velho, através do Prefeito Hildon Chaves, através do Secretário, que agora colocou um Secretário que conhece a pasta, que é o Secretário da Agricultura Luiz Cláudio, ex-deputado federal, e a gente tinha ali a informação de que o maquinário não ia fazer a linha. Aí, recebemos aqui a visita da Márcia, com seu esposo, e nós conseguimos, junto com o Coronel Meireles, a manutenção do maquinário para que se terminasse ali a sétima, oitava, aquilo que pertence a Porto Velho, juntamente com seu trabalho, a sua colaboração. Parece que concluiu, não é isso? Vai fazer, não é? Então, graças a

Deus, a coisa está andando. Daqui a alguns dias eu estou lá, visitando aquela região.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Dr. Jailson Viana, Secretário Adjunto do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

O SR. JAILSON VIANA - Nosso boa-tarde a todos os senhores e senhoras. Quero cumprimentar aqui o nosso Deputado, o Doutor Jair Montes, e demais membros aqui da Mesa. E parabenizar o senhor, Deputado, porque é uma causa que vem se arrastando aí, pela soma que eu fiz aqui, há 29 anos, porque a lei que foi criada foi de 1990, não é? De lá para cá, nunca houve uma iniciativa por parte do Estado em resolver a situação, ou seja, em 90, havia vários municípios e distritos, que hoje são municípios. Então, foram crescendo de forma desordenada. Essa iniciativa dos senhores realmente é louvável, merece aplausos.

Foi falado aqui, nobre Deputado, em problemas. E aí realmente a situação começa a complicar quando o município vizinho pede investimento em educação, o prefeito fala: - não, mas não compete a mim fazer isso daí; não compete a mim fazer escola; compete a outro prefeito. Precisa de estrada! - Opa, daqui para cá, a competência não é minha mais. Aí, eu preciso de investimento em transporte escolar. - Também não compete a mim. Mas, muitas vezes, revestido com um sentimento de bom senso, de humanidade, o prefeito acaba resolvendo a situação. Mas resolvendo infringindo uma norma jurídica, mas cumprindo um senso moral, um senso de justiça. E é nessa linha que eu quero dizer aos senhores o seguinte: a SEPOG, juntamente com a Sedam, juntamente com o IBGE, agora em meados de fevereiro de 2019, assinaram um Termo de Cooperação, em que os três órgãos, juntamente com os municípios, vão sentar e buscar uma saída junto com os prefeitos para resolver esse problema. É claro que hoje não

se vai resolver tudo. Nós estamos começando uma discussão, a primeira, aliás, não é Deputado? A primeira e não vai esgotar aqui hoje.

Eu fiquei pensando aqui nas palavras do nobre Prefeito. Problema saúde, educação, só se resolve uma situação quando você faz a adequação da linha limite o Estado, o município perde um espaço, perde uma linha territorial e aí vem outra pergunta: "como fica a questão do repasse constitucional - FPM? Eu estou perdendo espaço, com certeza, uma parte da minha receita é responsável para cobrir Educação, Saúde, eu vou perder, outro problema. E muitas vezes o que acontece também, tem outro problema de ordem civil. A pessoa mora em território, mora no município e trabalha no município vizinho. Outro problema: onde você é domiciliado Jair Montes? Você é do município de Nova Mamoré ou de Campo Novo ou de Guajará?

Então, fica essa celeuma jurídica que pode complicar também no campo civil. Então nós temos aí mais um problema, civil, área tributária e outro problema também que pode vir a ser discutido, na área criminal. O crime iniciou em Nova Mamoré, iniciou e isso se executou em outro município, e aí quem é competente nessa seara? É Campo Novo ou Nova Mamoré?

Então, têm muitas situações de ordem jurídica que são relevantes, têm que ser discutidas e têm que ser resolvidas.

Eu acho que o passo inicial foi dado aqui, graças a Deus, um ponto muito importante. Quero dizer ao nobre Deputado, aos membros aqui da Mesa, que a SEPOG está de portas abertas, todos os técnicos estão aqui presentes e daqui a pouco eu vou apresentar aqui uma matéria, uns slides, e dizer que estamos à disposição. O assunto é

sensível e merece uma atenção especial. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Até eu já deixei agendado aqui, e passar aqui outra pauta, muito, essa é bem triste, é do que ocorre no Estado de Rondônia e a nossa próxima Audiência vai ser em agosto, se não me falha a memória dia 26 de agosto, nós vamos tratar um assunto relacionado a câncer, o que causa tanto câncer no Estado de Rondônia. Eu vou fazer algumas visitas em alguns Estados e vamos tentar trazer alguns pesquisadores para essa Audiência do dia 26 de agosto.

Então, é uma pauta que eu tenho certeza que, infelizmente, aqui na nossa, nossos amigos que estão aqui conosco, alguém da sua família já sofreu, já morreu ou tem câncer, infelizmente. E, às vezes nós não sabemos, Chico, o que dá tanto câncer, uns falam que é do mercúrio, outro fala que é da água, outro fala que é do esgoto, outro fala que é da carne, outro fala que é do peixe, outro fala que é dos venenos. Então, assim, a gente vai trazer, tratar desse assunto muito relevante aqui para o nosso Estado. Para vocês terem uma ideia, nós somos o único Estado, praticamente, que temos um hospital fora de Barretos o Hospital do Câncer e é colocado aqui em Porto Velho, por quê? Porque quando o Henrique Prada perguntou: "você é da onde"? 40% das pessoas que fazem tratamento em Barretos são aqui de Rondônia. Então assim, é um número alarmante e a gente tem essa Audiência agora, como deputado também fazer essa Audiência, sair daqui uma pesquisa para que nós possamos saber o que causa tanto câncer no Estado.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

O SR. EDGARD MENEZES CARDOSO - Boa tarde a todas as senhoras e aos senhores, ao Deputado Jair Montes. O senhor falando, Deputado, de resultado, e aí eu me lembro de uma Audiência que nós tivemos sobre a questão do alagamento, das inundações das propriedades rurais em decorrência do levantamento do nível da água, por conta do barramento do rio Madeira. Dizer que nós cedemos o espaço, um helicóptero logo, três semanas depois foi feito sobrevoo, o pessoal da Defesa Civil e também um o técnico da Emater que voou aí duas horas fazendo levantamento. Não sei se o senhor teve acesso a esse relatório, mas se o senhor não teve procure a Defesa Civil do Município que fez esse trabalho.

Então a preocupação do senhor com relação ao nível, com relação à situação daquele povo lá, que o senhor se referiu especificamente a Nova Mamoré onde o lençol de água subiu e trouxe transtorno.

Quero dizer para o senhor também dessa condição que ocorre lá em Nova Mamoré porque eu sou testemunha disso. No ano 2008, 1998, praticamente são 21 anos já, eu andei naquela região, prefeito. Aquela região lá, realmente, a demanda e a reclamação eram muito grandes da população. Eu acho que a sensibilidade do nosso Deputado em ver essas situações, porque aquela população, como ele disse, fica muito desprotegida e precisa, realmente, do Poder Público ajudar.

Quero dizer também que nós temos uma equipe permanentemente dentro da Sedam, que trabalha com o IBGE e a SEPOG no sentido de sanar essas situações.

Quero cumprimentar o Prefeito Claudionor porque ele reconhece também que há uma situação do outro lado. Campo Novo de Rondônia acaba pagando uma conta alta que devia ser de Nova Mamoré e que não é. Precisa ajustar.

E aqui, senhora Gisele, quero cumprimentá-la e dizer que a senhora vai ter um desafio muito grande, porque no Estado nós temos problemas. É Ariquemes versus Alto Paraíso, uma situação muito complicada, aquela divisão foi feita em um momento de interesses, de questão de arrecadação por conta da atividade de Bom Futuro, e Campo Novo versus Nova Mamoré que apareceu aqui agora. Mas outras demandas com certeza virão. Então, eu quero parabenizá-la por este desafio, porque a senhora vai ter um desafio e é grande. E, dizer que a nossa equipe dentro da Sedam está pronta para ajudá-la. Cumprimento os demais, permita-me, em seu nome, cumprimentar os demais presentes à Mesa.

Dizer, Deputado, que essa situação realmente é preocupante, quando o cidadão está no interior de uma área lá, e ali eu vi pessoas egressas de outras regiões do Estado, completamente desfavorecidas e desassistidas. Eu digo isso, porque naquele período que eu fiz a segunda aproximação do zoneamento socioeconômico do Estado e trabalhei naquela região e senti muito as dificuldades e as demandas. E, isso parece que foi esquecido. O prefeito veio, se preocupou, e eu acho que o senhor tomou essa bandeira. É uma atitude corajosa. Eu acho que é justa. Aquela população não pode ficar lá desassistida. E o meu colega aqui, o Secretário Adjunto me adiantou alguns fatos, aos pixelzareiros, bastante interessantes, que ele vai falar oportunamente.

Então, eu quero dizer da nossa disposição da Sedam, da equipe que nós mantemos lá. Aqui tem o Márcio Felisberto, que vai fazer uma apresentação e mostrar exatamente o

trabalho que tem que ser feito, precisa ser feito no Estado. E à senhora Gisele, dizer que é, realmente, uma situação muito preocupante e que precisa ser sanada. Muito obrigado.

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônia) - Registramos e agradecemos a presença da senhora Elaine Guimarães, Assistente Técnica, representando neste ato o gabinete do Vereador Zequinha Araújo. Senhor Apodi Freitas, Presidente da Associação de Agricultores Rurais do Belmont.

Convidamos agora para falar, o senhor Márcio Felisberto, que é Geógrafo da Sedam e vai apresentar alguns slides sobre a parte operacional do Acordo de Cooperação Técnica.

O SR. MÁRCIO FELISBERTO - Em nome do Deputado Jair Montes, que é o proponente desta Audiência Pública, em nome do Secretário Adjunto da SEPOG e da Sedam e demais autoridades presentes, eu cumprimento a todos. Como já dito, eu sou analista lá da Sedam, Geógrafo, e vou apresentar para vocês aqui o que é esse Acordo de Cooperação Técnica que a Sedam, a SEPOG e o IBGE estão desenvolvendo.

Então, como disse, o Acordo contempla essas três entidades. Em relação à SEPOG, o compromisso da SEPOG nesse âmbito é o Acordo propriamente dito na construção desse acordo e articulação institucional entre o Estado entre os prefeitos e demais órgãos. A Sedam trabalha na operação técnica da atualização da base cartográfica, trabalhando com geoprocessamento, propriamente dito. E o IBGE, tirando

a parte da articulação institucional, ele faz tudo e mais um pouco, que além de fazer todo o trabalho, ao final tem a responsabilidade de realizar a homologação da base cartográfica.

Nesse trabalho que nós estamos desenvolvendo tem duas atividades principais. Quais são elas? Atualização da legislação vigente e a correção cartográfica. Em um primeiro momento, eu estou colocando para vocês aqui, tem parte aí que está cobrindo, não consegue tirar, não é? Pois bem, eu vou fazer uma retrospectiva da dinâmica territorial da divisão municipal do nosso Estado desde 1940 até hoje. Aqui nós temos três municípios: Alto Madeira, Guajará-Mirim e Porto Velho. Essa retrospectiva é para vocês entenderem a necessidade de realizar a atualização da legislação.

Dois municípios, ali cobriu o ano, só Porto Velho e Guajará-Mirim.

Sete municípios, a lei ali é de 1977. Além dos dois municípios que já existiam, Porto Velho e Guajará, foram criados mais cinco municípios: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Aqui é 199... Ali em cima tem outra data, mas aqui é com base em 1981. Em 1981 foi criado o Estado de Rondônia, ali tinha vinte três municípios salvo engano, apenas. Já em 1991, salvo engano, ali cobriu a data também, mas enfim. Inúmeros municípios foram criados a partir de 1991, e algumas Leis de Criação dos Municípios.

Essa daqui já é a base atual, já em 2019. Essa base cartográfica aí está disponibilizada pelo IBGE, é de 1980, apenas 07 municípios, os cinco que foram criados em 1977, mais os dois, Porto Velho e Guajará. Esse aqui já é uma base cartográfica de 1991, com vinte e três municípios, reflexo da criação do Estado de Rondônia, em 1981, vinte e

três municípios apenas. Na sequência, dos vinte e três municípios, foram desmembrados, e foram criados novos municípios, a exemplo ali de Porto Velho, que mais abaixo ali, onde tem Campo Novo e Buritis, que no slide anterior pertencia a Porto Velho, nesta nova configuração de 52 municípios, que é a configuração atual, já o Município de Porto Velho, já está um pouco menor, e você tem outros municípios que foram criados ali. Perfeito. Aí eu entro na questão da atualização da Legislação.

Machadinho d'Oeste, por exemplo, no slide anterior, era um pouco maior, foi desmembrado, foram criados outros municípios. Se você pegar a Legislação de Machadinho d'Oeste, hoje, está tal como antigamente. Consta como se a área de Machadinho d'Oeste fosse do tamanho antigo, desconsiderando a criação dos novos municípios. Então, isso daqui, é só um trabalho simples, de fazer uma correção, refazendo o memorial descritivo da Lei, excluindo esta área dos municípios novos que foram criados.

Essa parte que eu coloquei para vocês aqui da dinâmica territorial da divisão dos municípios, é para vocês só entenderem a questão da importância de corrigir e atualizar a legislação. Ou seja, havia municípios anteriormente com tamanho significativo, foram desmembrados, foram criados novos municípios, mas a Lei não foi atualizada, perfeito?

A outra parte, que é a parte da correção da base cartográfica, o que é? Quando você cria um município, você coloca ali o memorial descritivo, o município tal, parte do rio ou da estrada, ou da linha, ou do paralelo, e segue por esse caminho até tal ponto, até fechar o polígono que dá área do município.

Como essas Leis, foram criadas há muitos anos, e a tecnologia de antigamente não é a mesma tecnologia de hoje,

então, havia-se algumas limitações. Eu coloquei para vocês aqui um exemplo de Vilhena, aquela Gleba Iquê, que inclusive saiu no jornal, foi muito discutida, muito divulgada. A linha divisória, que é essa linha vermelha que passa bem no meio desse polígono colorido aí, era o limite vigente do IBGE da época, tanto é que a linha passa no meio da cidade de Vilhena, e a outra parte era considerada como sendo de Mato Grosso, mas era só uma distorção ali na interpretação da legislação.

Então, o IBGE foi em campo, a Sedam foi em campo, corrigiram e hoje esta parte está toda para Rondônia. Não significa que Mato Grosso perdeu área e Rondônia ganhou. Essa área sempre foi de Rondônia. A questão era que existia um equívoco na delimitação cartográfica e passou a ser computado ali, mais de 15 mil hectares para Rondônia.

Sobre a questão de precisão cartográfica, eu coloquei um exemplo para vocês aqui. Olha essa linha vermelha que está na imagem, é a linha do limite territorial do IBGE vigente hoje. Com a evolução do recurso tecnológico, a gente tem uma imagem que a gente consegue ver com precisão a calha do rio. Então, ou seja, a linha de limite municipal segue a calha do rio. Como antigamente as imagens não tinham uma resolução muito boa, então, você vê que foi feito ali de uma forma meio destorcida. Hoje você consegue fazer com uma precisão melhor, então, você tem uma correção de área aqui. No final, quando você for calcular, tem município que vai ganhar um pouquinho mais, outro vai ficar com pouquinho menos, não significa que município "A" está perdendo e município "B" está ganhando, na verdade a área é aquela ali.

Eu não poderia deixar de trazer aqui um exemplo, já que o foco da Audiência Pública é Nova Mamoré, eu trouxe aqui algumas correções que nós já fizemos, inclusive em

relação ao município. Lá no canto esquerdo, lá no superior que está lá ponto um. Fizemos uma correção na base cartográfica, a linha atual do IBGE fala que segue a calha do rio Taquara até a foz, onde ele desagua no Madeira. Só que você coloca uma imagem com melhor resolução, você vê que a linha desse Igarapé Taquara passa por outro caminho. Então, ou seja, tem uma diferença ali de 127 hectares entre o que está hoje na base cartográfica, e o que nós corrigimos.

Tem outro ponto ali, que a parte cobriu, que ainda é referente ao Igarapé Taquara, e diz que segue pela calha do Igarapé Taquara até encostar no paralelo 10. Só que chegou um momento que essa linha divisória deixa de seguir o Taquara e ela assume o curso de um rio, afluente que não é o Taquara. Então, conseguimos identificar isso em campo, fizemos a correção e teve ali, está cobrindo, mas teve um ganho significativo de área para ser computada para o Município de Nova Mamoré.

Outro ponto relevante, também, é o ponto 6 ali, olha. É o ponto, que fala sobre a questão da nascente do rio Laje. A base atual considerava outro rio como sendo o rio Laje. Nós fomos a campo, conseguimos identificar qual era o rio Laje, fomos até a nascente, e o resultado desta correção cartográfica é a diferença de 5.400 hectares a favor de Nova Mamoré.

Aí têm outros pontos ali, que é questão de limite natural, e é redundante no que já coloquei.

O próximo slide já seria o último, não é? Então, de que forma que a Sedam e o IBGE estão desenvolvendo este trabalho? Com dois procedimentos metodológicos simples. Um é o geoprocessamento. A gente trabalha com imagens de alta resolução, trabalha com a base cartográfica numa escala de

detalhes. E o que não é possível a gente conferir através do geoprocessamento a gente vai a campo, e é o que a gente tem feito, para juntos, na parceria com o IBGE, e vamos atrás dos cursos naturais, dos paralelos. O que for, o que tiver de limitação para a gente conseguir identificar no gabinete, a gente vai a campo para tentar resolver a situação.

Essa é a atividade principal que nós estamos desenvolvendo. Não estamos deliberadamente alterando o limite, alterando a legislação, aumentando o limite dos municípios. O que estão sendo corrigidas, essas áreas que eu comentei, que Nova Mamoré ganhou, na verdade, sempre foi de Nova Mamoré. Na verdade, equivocadamente computava-se para Porto Velho, mas ela sempre foi de Nova Mamoré. E essa correção visa fazer essa modificação e atualizar a base cartográfica.

E no mais, aí o Paulo, lá do IBGE, e o Cleyton poderão dar maior esclarecimento a respeito do nosso trabalho. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Quero aqui agradecer a bela explicação do Márcio Felisberto. A gente já, com essa explicação nós já tivemos uma noção melhor e, assim, bem aprofundada, daquilo que é grandioso. Então é algo que o mandato passa, mas os benefícios ficam. É isso o que nós temos que pensar. Não só para mim, mas todos os que estão aqui, esta Mesa passa, mas vai deixar um benefício grande para o Estado de Rondônia.

E a gente nota aqui e já, já vai falar que o Paulo Henrique, que é do IBGE, nós notamos que está defasado, não é? Como está defasado! Então, quantos anos que ninguém tem coragem de enfrentar, que também não é fácil fazer um

enfrentamento desse nível. E a gente precisa muito, muito do Governo do Estado, muito do IBGE, muito dos Prefeitos, porque nós temos que fazer Audiências Públicas e, em muitos casos, até plebiscitos em alguns locais - certo? - para a gente poder fazer alteração nessa Lei.

Com a palavra agora, já estamos quase encerrando a nossa Audiência, que está sendo muito proveitosa, e antes de encerrar, e claro que vai chegar na fala, a gente vai, depois, propor aqui, depois não, vamos propor aqui, já temos uma comissão trabalhando, é isso Jailson? E a gente dá uma encorpada nessa Comissão. Vou me colocar à disposição, com a Assembleia e colocar também outros deputados também, aproveitar também aí a Gisele que vai precisar estar conosco nesse trabalho. Os Prefeitos também se engajando nesse trabalho, para que possamos ter uma equipe quanto maior, quanto melhor o pensamento, nós possamos avançar e possamos estar de mãos dadas, sem vaidade alguma, sem mostrar quem é melhor, mas mostrar o que melhor é o nosso Estado e mostrar que o melhor é aquilo que a nossa população tanto precisa e merece ter, um atendimento rápido, pronto pelos seus Prefeitos.

Com a palavra, o ser Paulo Henrique Schroder. É parente do cara da Globo, lá? É, não é? Então você tem a palavra aí, tem os minutos que achar necessário para fazer. E sabe disso, que o IBGE tem uma função importantíssima, porque vai pesar o nome de vocês em todo esse trabalho aí, que nós pretendemos fazer. Fique à vontade.

O SR. PAULO HENRIQUE SCHRODER - Boa tarde a todos. Deputado Jair, eu agradeço o convite pelo IBGE estar presente aqui; também a Mesa com os Secretários, Prefeitos e Assessores.

O que me deixou feliz é ver que o plenário tem bastante gente. Normalmente, a gente faz as reuniões e tem a participação em alguns municípios, mas a gente não vê muito a população presente. Obviamente esse trabalho que a gente tem hoje, do acordo técnico junto com a SEPOG e Sedam, é um trabalho mais técnico, que é justamente fazer este acerto, o que está escrito na Lei e como é que está representado isso no mapa. Então basicamente esse é o trabalho inicial, ele é um trabalho que vai envolver muito mais coisas.

No ano passado nós fizemos a apresentação aos Prefeitos, foram convidados todos os Prefeitos, a SEPOG assinou com todos os Prefeitos de Rondônia um Termo de Cooperação para eles estarem sempre juntos com a gente para eles auxiliarem nos trabalhos, porque é importante.

Nós temos que lembrar, como o Márcio mostrou aqui na apresentação, o último município de Rondônia foi criado 1995, foram dois municípios, um era Chupinguaia, acho que o outro era São Felipe, se não me engano, foram os dois municípios. E nestes últimos anos, e até aquele período, vamos assim dizer, a ocupação ainda não era tão forte. Muitos municípios foram criados e você tinha uma grande área, uma grande extensão territorial sem ocupação. E esta ocupação foi forte nesses últimos anos e esta pressão sobre os limites também foram se agravando, foram aumentando a cada ano que passava.

Para o IBGE é muito importante ter todos os limites bem definidos, por quê? Porque como vocês cansaram de ouvir falar da gente, nós trabalhamos com as pesquisas. Oficialmente, todas as informações que o Governo usa para fazer sua política pública, se ele tiver que construir uma escola, se ele tiver que fazer uma casa de saúde, qualquer

outra coisa, material que ele precisa, é o IBGE que coleta esta informação.

Às vezes, a gente recebe a porta fechada porque a pessoa não quer dar informação para a gente. A gente está lá com os nossos pesquisadores batendo na porta e o cara fecha a porta. Só que ele não sabe que lá na frente, aquela informação que ele deixou de dar vai atrapalhar numa política pública que ia ser de benefício dele. Como o Professor Herbert passou agora a informação, a gente tem recebido bastante pressão. O IBGE é um dos poucos órgãos dentro do Governo Federal que não aceita ser, entre aspas, manipulado, porque, justamente, nós temos que dar uma informação preciosa para a população. Se a gente deixar abrir a nossa pesquisa para ser manipulada, quem vai sofrer é a população do Brasil.

Então, a nossa pesquisa tem que ser fidedigna. Ela tem que ser exatamente o que o campo, a nossa coleta está demonstrando. E, às vezes, isso, a resposta, às vezes, é meio dura, principalmente para o gestor.

Dentro do IBGE, o meu trabalho, eu sou Supervisor da Base, assim como o Professor Herbert também eu sou Geógrafo; eu, o Luiz Cleyton, o Márcio, nós somos Geógrafos. Trabalhamos com a delimitação do território, rodamos este Estado de cima a baixo, conhecemos cada lugarzinho daqui, cada povoado, cada vilarejo, cada distrito, cada sede de município. Por quê? Porque nós vamos fazer nossas pesquisas, nós precisamos ter esses dados.

Muitas vezes, todo mundo imagina que o IBGE que é o responsável pela divisão municipal dos municípios, pela criação dos municípios, mas isso, hoje, é uma prerrogativa do próprio Estado.

A partir de 1988, a Constituição de 1988, através do seu artigo 18, passou essa, na verdade já existia, já era uma prerrogativa do Estado, mas ela botou no papel: olha, a partir desta data, fusão, criação, desmembramento dos municípios é papel do Estado. Então o Governo de Rondônia, no caso, que é responsável por esse trabalho aqui.

Cabe ao IBGE estar acompanhando, porque nós temos que repassar informações, porque não é uma coisa simples você simplesmente chegar: vou desmembrar o município. É necessário fazer um estudo de viabilidade, é necessário verificar se aquela área que vai ser cedida para outro município não vai gerar um problema para o município que vai ceder. É necessário ver a população que está ali presente, é necessário ver a economia que existe naquela área. A gente sabe que é uma necessidade, há uma correção desses limites, porque como eu falei antes, o Estado cresceu e ocupou as áreas que antes não tinha ninguém. E isso, às vezes, gera problemas que já está gerando em Nova Mamoré, ele já recebe, por exemplo, o pessoal de Cerejeiras, o pessoal de Chupinguaia, o pessoal de Santa Luzia, de São Filipe. Eles têm problemas nos seus territórios e querem fazer um acordo para fazer essas correções.

Esse primeiro trabalho é muito importante, por quê? Porque justamente está abrindo o caminho para fazer esses trabalhos. As prefeituras estão cientes que a gente está fazendo. Um dos primeiros municípios que nós já estamos trabalhando é Nova Mamoré, justamente porque Nova Mamoré possui um acordo junto com o Governo do Estado, e aí houve esta prerrogativa de trabalhar nos limites de Nova Mamoré. E aí a gente já verificou, e como o Márcio já mostrou que são alguns pontos que têm que ser corrigidos.

Isso quer dizer que a Lei está errada? Que o mapa de errado? Não, porque tecnologicamente, quando foi feito o limite era um mapa que tinha um jeito. Quando você pega uma imagem de satélite da década de 1970, cada espaçozinho media 80 metros. Hoje você pega cada espaçozinho com 2 metros e meio. Você tem uma qualidade muito grande, dos chamados pixels, que é um termo técnico que a gente usa na área de georreferenciamento, mas é a mesma coisa que você pegar uma imagem do computador e você vai dando zoom, vai aumentando, vai aumentando, até que chega uma hora que foi, toda imagem saiu e ficou só um quadradrão assim enorme, não sei se vocês já perceberam isso. Aquele quadradrão, a gente chama de pixel. E cada quadrado, cada espaço daquele lá, nas imagens de satélite da década de 70, media 80 metros. Hoje a gente consegue fazer com que a imagem meça até 30 centímetros. Aí, você olha uma imagem de satélite, você consegue ver a tua casa, teu carro parado na frente, por quê? Por que a imagem está bem mais detalhada. E com essa melhoria, a gente consegue fazer também esse trabalho que a gente está fazendo agora de fazer esses ajustes.

Tem muito trabalho, a gente está aberto sempre para a participação de todos, para conversar com todo mundo. O IBGE mesmo está sempre disponível para todo mundo, para tirar dúvida, para poder auxiliar no que for preciso.

Então, agradeço novamente a oportunidade de estar aqui presente e sempre que vocês precisarem é só chamar a gente, que a gente vem aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Paulo Henrique. Eu quero aqui também cumprimentar a presença de Fábio Camilo, jornalista. O Fábio Camilo hoje está na 93.3, de meio dia à uma hora; na TV Cultura, Canal 25 para toda

Rondônia. Obrigado por se fazer presente. É importante também, eu estive no seu programa hoje também, tocar esse assunto que é importante para todo Estado de Rondônia. O senhor está vendo aqui a grande importância, temos que trabalhar essa modernização, vamos dizer assim, e arrumar essa lei aí em benefício dos munícipes.

Francisco quer falar? O Chico vai dar uma palavra aqui.

O SR. FRANCISCO HOLANDA IANANES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos, a Mesa através do Deputado Jair Montes. Por fazer parte do setor produtivo, eu quero aqui deixar uma contribuição, via, no caso, específico a FACER, que é a Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia, na qual o Presidente é o nosso parceiro Paco, de Ariquemes. Mas eu sempre digo o seguinte: quem mora nos municípios, os empresários que moram nos municípios e as Associações Comerciais estão nos municípios. Então, eu quero aqui deixar à disposição dos trabalhos, necessário sendo, setor produtivo, a Federação da Agricultura também, a Faperon, ou seja, está à disposição, são todos parceiros, obviamente, na qual a gente tem certa liberdade de falar em nome deles aqui, pela autorização do Presidente, de estarmos exatamente a fazer sua parte. Porque não é só o setor público, não é só o setor do Legislativo, mas, nós do setor produtivo, também temos que dar a nossa contribuição, a nossa participação.

Eu quero aqui, de antemão, deixar à disposição exatamente dos senhores, tanto a Associação Comercial através da FACER quanto também a Associação da Agricultura através da Faperon, à disposição para, se necessário for,

participar de algum tipo de trabalho que seja do interesse coletivo e de maneira pública. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Francisco. Mande o nosso abraço a toda classe produtiva deste Estado.

Então, a gente vai encerrar esta Audiência Pública, mas, antes eu quero deixar a cargo do Professor Herbert, redigir uma Ata e nessa Ata envolver todos os atores e fazer o convite ainda ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, OAB, a Casa Civil já está aqui, a bancada federal através do Lúcio Mosquini, que é o coordenador da bancada federal, e depois a gente colher a assinatura de todos eles. Nós não temos o Helder, o Helder está na Bolívia, é o Diretor Legislativo desta Casa, então a gente vai fazer e vai colher assinatura. Já tem esse grupo de estudo para a gente poder encampar com vocês, com a Assembleia para que possamos aí corroborar e também dar o nosso benefício do que for necessário. Combinado então assim, Secretários? Alguém tem algo a falar ainda, antes de encerrar a nossa Audiência?

O SR. LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO - Bom, boa tarde a todos. Eu sou Luiz Cleyton do IBGE. A gente compõe a equipe técnica do convênio e deixar um recado, a gente está às vésperas do censo demográfico. Ano que vem temos o censo demográfico e um convênio desses gera os produtos finais para o censo demográfico, contagem da população, que isso é superimportante para os municípios, para o Estado de Rondônia. Então deixar o recado aqui para os legislativos aqui, o pessoal, representantes das prefeituras que o IBGE está preparando a base e, ano que vem, nós vamos ter essa

operação censitária, que é muito importante para o planejamento, para as políticas públicas.

Então, fiquemos atentos e contamos com apoio do Estado, com o apoio da Assembleia Legislativa para que a gente faça um bom censo demográfico. Em que pese a nossa conjuntura política não favorável com questões orçamentárias, com limitações extremas, estamos aqui nesta Audiência Pública aproveitando a oportunidade para lembrar toda a população que o censo demográfico é muito importante. Está ok? Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu quero aqui agradecer a cada pessoa que saiu da sua casa, que esteve aqui conosco, muito obrigado! Amanhã é Dia do Evangélico e nós teremos aí um feriado em Porto Velho. Que Deus possa abençoar a cada um de vocês. Obrigado por estarem aqui. O nosso trabalho de parlamentar é esse: um trabalho que busca, a cada momento, trazer e levar ao conhecimento da população do Estado de Rondônia e, acima de tudo, buscar os benefícios, aos quais a população tem direito.

Desde já, agradeço aqui ao senhor Paulo Henrique, ao senhor Edgard Menezes, ao Dr. Jailson Viana, ao senhor Claudionor Leme, à Gisele dos Santos Viana, Professor Herbert Lins, todos vocês que estiveram aqui conosco, IBGE, Sedam, muito obrigado ao Governo do Estado, muito obrigado pela participação de vocês.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência às 16 horas e 39 minutos)

(Sem revisão dos oradores)